

*Discurso na conferência de abertura do seminário da OAB Brasil Século XXI – Desafios, Oportunidades e Riscos da Globalização*

CONSELHO FEDERAL DA OAB, BRASÍLIA, DF, 24 DE OUTUBRO DE 2001

*Doutor Rubens Approbato Machado, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; meu amigo e Ministro Carlos Veloso, do Supremo Tribunal Federal; Doutor Reginaldo de Castro, Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB; Gilberto Gomes, que é o Secretário-Geral; Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, que é o Presidente da Harvard Law School Association; Senhoras e Senhores participantes deste Seminário,*

Em primeiro lugar, quero expressar minha satisfação de poder ter comparecido à OAB uma vez mais, posto que tive o prazer de assistir à transmissão de cargo quando o Doutor Reginaldo de Castro assumiu a Presidência da OAB. Sou o primeiro Presidente da República que vem à OAB para participar de um debate. Isso para mim é muito significativo, porque mostra, por um lado, que a OAB está discutindo temas de tal relevância que justificam, na agenda do Presidente, a sua presença, e, por outro lado, que o clima de debate democrático no Brasil está consolidado. O Presidente vem aqui como um cidadão, e vem com tranquilidade.

Se me permitem, vou me afastar, como costume fazê-lo, do texto escrito para falar mais à vontade, mais amplamente, sobre o tema que me foi proposto.

Gostaria de dividir a minha exposição em dois momentos. Num primeiro momento, algumas reflexões, apenas reafirmando algo que já foi dito pelo Doutor Approbato aqui, que teve a gentileza de citar algum pronunciamento meu sobre a questão mais genérica da globalização e dos desafios que se colocam a todos os países, e ao nosso, em particular, diante disso. E um segundo momento, em que se possam trilhar os caminhos ou, pelo menos, vislumbrar os caminhos a serem trilhados para que tenhamos uma inserção soberana nessa nova ordem global que aí está se formando.

O tema de globalização, embora tenha ganho ímpeto recentemente, não é moderno, não é novo. O grande debate da expansão do capitalismo no século XIX, e mesmo antes, foi, já, o da globalização. Todos aqueles que pensaram sobre a formação do sistema capitalista, dos conservadores até Marx, mencionavam a tendência à expansão de um mesmo sistema produtivo, e a tendência, portanto, de que, pouco a pouco, se consolidasse uma ordem mundial.

Já no século XX, alguns pensadores bastante críticos – Rosa Luxemburgo à frente – mostravam que existia, realmente, uma tendência – no ver desses autores – incontestável no sentido de que a homogeneização das forças produtivas seria impor uma ordem econômica só. A discussão que se travou, mais tarde, foi saber que ordem seria essa, se seria uma ordem capitalista ou uma ordem socialista. Mas se discutia com muita frequência que haveria uma ordem só, por uma razão óbvia: é que as transformações tecnológicas foram de tal monta que era fácil prever a expansão do sistema produtivo e, com ele, dos valores entranhados nele.

O que houve, recentemente, foi uma imensa aceleração desses processos também em função de transformações bastante aprofundadas no modo de produzir. E essas transformações estão aí, enfim – basta ler os jornais –, no plano dos transportes e das telecomunicações. E o computador como que coroou esse processo. Num primeiro mo-

mento, aquilo que chamava mais atenção era a homogeneização das formas de produção e a dispersão das formas de produção no mundo.

Há muitas décadas, nos anos 60, quando trabalhava na ONU, na Comissão Econômica para América Latina, a Cepal, escrevi um livro chamado *Dependência e desenvolvimento na América Latina* com um companheiro chileno chamado Enzo Faletto. Naquela época, não existia a expressão “multinacional”. Não existia. O nome era *trusts*, *cartéis*. A expressão “multinacional” foi criada no fim dos anos 60, começo dos anos 70. Para fazer referência a esse processo, usei nesse livro a expressão – hoje equivocada, ou melhor, insuficiente – internacionalização do mercado interno. Mas não era isso que estava ocorrendo. Isso também. Estava ocorrendo uma internacionalização da produção.

A produção começava a se deslocar dos centros para os países da periferia, na linguagem que se usava na Cepal de então, que era uma linguagem de Raul Prebisch. Cada vez mais havia investimento na periferia. Isso, nos anos 70, gerou um debate imenso nos países da América Latina, porque muitos achavam que isso não ia acontecer, porque haveria uma aliança entre o imperialismo, assim chamado, e o latifúndio que impediria o desenvolvimento desses países. Eu me pus do outro lado. Eu disse: não, já está havendo a transformação, já está havendo investimento em grande quantidade em alguns dos países do que se chamava a “periferia do sistema capitalista”.

O que está acontecendo é um processo que chamei, na época, de desenvolvimento dependente associado, ou seja, havia uma associação, e as forças produtivas estavam se integrando, com todas as transformações que isso produz nas relações de produção, nas relações societárias e na política também, no modo como se concebe o papel do país no conjunto das nações, etc., etc. Mas nós estávamos engatinhando nessa discussão. Nos anos 70, entre os economistas e os sociólogos, voltaram à moda a economia internacional, a internacionalização. Já estava em marcha essa internacionalização.

Nos anos 80, explodiu. Por quê? Por causa do fato de que com o computador e com a informação em tempo real importa pouco onde

está até o quartel-general, até a sede da empresa. Importa menos ainda onde é que se produz. Pode-se produzir dispersamente, no espaço. Existe uma integração possível, rápida, através das técnicas modernas de comunicação e de transporte. Isso é a base dessa internacionalização. O que ninguém imaginava é que em vez de se dar esse processo através de uma integração apenas crescente das forças produtivas, ele se deu através de uma integração rapidíssima do capital financeiro.

Então, o que hoje se chama de globalização, vulgarmente, é muito mais um processo, já na sua etapa final, quando chegou ao sistema financeiro. O sistema financeiro se internacionalizou. E isso teve um efeito imenso no mundo, porque mudou, praticamente, até mesmo a capacidade de os Estados nacionais, desde os mais poderosos, regularem os fluxos de capital. Os Bancos Centrais ficaram pequenos diante da velocidade com que os fluxos privados de transferência de capital ocorrem. Então, é um outro mundo.

Se eu quisesse ser provocativo, se não fosse Presidente, eu diria: é uma época pós-imperialista. Por quê? Porque na época chamada imperialista a economia, as empresas e o mercado precisavam do Estado para se impor. Hoje, as grandes empresas querem tudo, menos o Estado. Dispensam o Estado, do ponto de vista econômico. Do ponto de vista político, estamos vendo que é diferente, nos acontecimentos recentes. Estamos numa outra época, e as pessoas, muitas vezes, custam a se adaptar às novas épocas. É uma época, se se quiser dar um nome, pós-imperialista. Você tem mecanismos que não dependem do poder estatal para que eles tenham eficiência.

Bem, quando terminou a Segunda Grande Guerra, houve muita discussão sobre essas questões todas também. É que a ordem se estava constituindo nos anos 40, portanto antes das grandes transformações às quais me referi, que são mais recentes, mas em que já se via que havia um problema. O que aconteceu? As grandes nações se organizaram. Criou-se o sistema das Nações Unidas e também houve a organização dos mecanismos das instituições que hoje se chamariam globais – mundiais, na época –, que deveriam processar as relações entre as economias. A fixação, na época, era comercial.

O Fundo Monetário Internacional nasceu aí, em Bretton Woods. O Banco Mundial também. Mas o Fundo Monetário, crescentemente, passou a ser uma instituição para cuidar da solvência dos países, porque no fluxo de comércio entre as nações alguns Estados podiam ficar sem condições de pagar aquilo que deviam. Então, o Fundo Monetário era a instituição, como se fosse um certo tipo de Banco Central, mas não com todas as funções de um Banco Central. Já volto ao tema. E os empréstimos do Fundo Monetário passaram a ser, grandemente, para ver se o país ia ser solvente ou não. E a solvência era fundamental para os países que eram os mais ricos e que vendiam. Era muito mais uma questão de ajustar o fluxo financeiro aos fluxos de comércio.

Muito bem, o processo que está havendo agora não é apenas de desajustes dos fluxos de comércio. É de uma imensa transformação entre os fluxos financeiros. Então, o próprio Fundo Monetário ficou frágil – ao contrário do que muita gente pensa. Ele agora se fortaleceu um pouquinho. Já vou voltar ao tema também. Mas ficou frágil diante do poder imenso, criado por essas novas tecnologias, do capital financeiro.

Bem, Lorde Keynes, que era uma pessoa de visão, propôs uma coisa diferente quando as instituições de Bretton Woods foram criadas. Elas eram basicamente duas: o Fundo Monetário e o Banco Mundial. O Fundo Monetário para acertar o regime de troca, para dar liquidez aos países que estivessem insolventes momentaneamente e para criar condições para que essa insolvência se resolvesse. O Banco Mundial serviria para criar condições para o desenvolvimento econômico, a partir da experiência do Plano Marshall, no final da Segunda Guerra, o que fazer para dar condições de crescimento aos países mais pobres. Essas eram as duas grandes instituições.

Lorde Keynes propôs uma coisa um pouco diferente. Ele propôs que o Fundo Monetário fosse, realmente, um Banco Central dos Bancos Centrais. Ou seja, ele percebeu ou anteviu o que iria acontecer: que existiria uma massa de recursos financeiros muito grande que poderia provocar crises de liquidez ou interrupção do fluxo de dinheiro. E era preciso que houvesse um Banco Central dos Bancos

Centrais. Isso não foi aceito. Não foi aceito sob o argumento que se repete a cada instante, no mundo de hoje, o de evitar o que em inglês se chama *moral hazard*, quer dizer, o risco moral. Se quem vai emprestar está seguro de que vai receber de volta o seu empréstimo, ele empresta sem prestar muita atenção às condições de pagamento do devedor. E se o Fundo Monetário fosse sempre resolver as questões, os bancos iriam emprestar muito “irresponsavelmente” aos países necessitados. Então não era bom. Era melhor deixar que o mercado penalizasse aqueles que tivessem errado no seu cálculo de risco.

Keynes não pensava isso naquele momento. Ele pensava que era necessário – embora não fosse favorável, obviamente, a empréstimos sem uma análise de risco. Ele imaginava, já antevia a necessidade de uma instituição mundial com grande liquidez para poder fazer face aos gargalos financeiros que fossem ocorrer depois. Mas não aconteceu isso. Não aconteceu isso. Nessa última década – a década de 90, uma década de grande crescimento, de grande expansão econômica no mundo e de uma enorme mobilidade dos fluxos financeiros –, o que nós vimos foi a substituição progressiva do papel dos bancos oficiais – o BID, o Banco Mundial, enfim, o Banco Europeu, os grandes bancos públicos, multinacionais –, que foram perdendo força, relativamente, diante dos empréstimos privados.

Em seguida, vimos crises de falta de capacidade de liquidez e, portanto, de interrupção do fluxo dos empréstimos privados. De repente, um mercado seca, e se deixa de fazer empréstimos. E como tudo isso ficou interligado, passou a haver o que se chama hoje de contágio, que não se entende muito bem o que seja, mas se a Argentina está com dificuldades, contagia o Brasil. Por quê? Não sei. Mas é assim. As expectativas, não sei o que e tal.

Passamos a assistir a uma série de processos de crise. Só no meu governo, já nem me lembro de quantas foram. No começo do Governo, em 95, era a crise do México. Em 97, a crise da Ásia. Em 96 não houve. Em 98, a crise da Rússia. Em 99, a crise do Brasil. Em seguida a crise da Rússia de novo, a crise da Turquia, a crise da Argentina. Crise, crise, crise. Interrupção do fluxo, ou seja, a globalização passa por um

momento de extrema dificuldade porque não tem os mecanismos globais de governança. Estamos nos referindo, por enquanto, ao aspecto financeiro. Depois falaremos dos aspectos políticos. Os mecanismos ficaram frágeis. É claro que o Fundo Monetário, nestes últimos anos, se atualizou. Hoje, o Fundo Monetário dispõe – não sei exatamente – de cerca de 100 bilhões de dólares nos fundos especiais de saque, que são um mecanismo que permite um pronto atendimento. Quer dizer, o Fundo Monetário tem um pouco mais de manobra.

As pessoas que não conhecem os mecanismos do mundo ainda vêem o Fundo Monetário como se ele fosse o responsável, o culpado. Não. Em certas circunstâncias, ou ele entra ou o país está paralisado. O problema é saber em que condições entra. E o próprio Fundo Monetário foi mudando suas políticas. Nós, aqui, tivemos acordos com o Fundo sem que isso nos obrigasse a qualquer recessão. Pelo contrário, incluindo a necessidade de uma cláusula de proteção social e que os programas sociais não seriam diminuídos pelo fato de haver um ajuste fiscal. Quer dizer, houve mudanças, que também a consciência comum não notou, mas houve muitas mudanças na prática de funcionamento dessas instituições.

E o fato é que, pouco a pouco, algum recurso adicional foi sendo dado pelo Fundo Monetário, mas é insuficiente ainda porque ele não tem, propriamente, essa função. E, segundo diziam, a nova administração americana era mais favorável a ser preocupada com *moral hazard* do que com a capacidade de intervenção do Fundo Monetário Internacional.

Pois bem, essa questão não está resolvida. Estamos passando por momentos de grande turbulência nessa área financeira. Por outro lado, tampouco foram sendo resolvidas as questões relativas àquilo que é fundamental e que diz respeito à legitimidade das decisões.

As Nações Unidas foram constituídas naquele mesmo momento em que as instituições de Bretton Woods nasceram, ou, pelo contrário, as instituições de Bretton Woods surgiram junto com as Nações Unidas. Mas elas nasceram já sob o signo de alguma restrição de uma certa assimetria, porque a Assembléia Geral tem todo poder, mas

quem, na prática, o exerce na interinidade das reuniões da Assembléia Geral é o Conselho de Segurança, para os assuntos centrais que dizem respeito a relações entre os países, intervenções, etc., etc. E o Conselho de Segurança já nasceu com uma distinção: cinco países têm direito de veto, têm assento lá e direito de veto. Os outros são eleitos por um período de dois anos e não têm direito de veto. Então, isso criou um embaraço.

Simultaneamente, foi havendo a descolonização, a formação dos países com vocação de autonomia nacional. E o número de países cresceu enormemente. Então, a Assembléia Geral das Nações Unidas, hoje, é composta por, não sei nem quantos, 160 países, 170 países. É uma imensa massa de países. Obviamente, os países mais poderosos não aceitam, na prática, o princípio de que cada um vale um voto mesmo, porque, na verdade, vão dizer que vão perder a capacidade – e perdem – de exercer um poderio correspondente à sua força efetiva na economia, no poderio militar, etc., etc. O que foi acontecendo é que, progressivamente, até o Conselho de Segurança foi deixando de exercer as funções centrais das decisões no mundo.

A Assembléia Geral passou a se ocupar – e se ocupa – de muitos temas importantes, relevantes. O papel da ONU é fundamental na difusão – se é que posso usar essa expressão – de uma cidadania global. A questão das mulheres – portanto a questão de gênero –, a questão do meio ambiente, a questão do trabalho, de evitar o trabalho do menor – uma porção de temas que são contemporâneos. Aí, a capacidade irradiadora da ONU tem sido muito grande, suscita o debate, etc., mas em termos políticos, em termos de decisão efetiva no comando do mundo, a Assembléia da ONU passou a ter menos voz. E o próprio Conselho de Segurança, nos últimos anos, passou a ter também menos eficiência, ou melhor, a ser menos ouvido.

E nós fomos vendo a criação de mecanismos extra-institucionais: G-7, G-8. O que é isso? É um grupo de nações que se autoproclamam – e são – ricas e que se reúnem. Decidem o quê? Com que legitimidade? Essa legitimidade está sendo posta em dúvida agora. Não podem nem mais se reunir. Se se reúnem num navio, há protesto na rua. Há

um visível problema de legitimidade nesse tipo de organização. Independentemente da vontade ou dos desejos do grupo, ou mesmo da boa vontade que possam ter, dos bons propósitos que possam ter, não existe, digamos, legitimidade. Ou seja, a economia se globalizou, o sistema financeiro galopou nesse processo de globalização. As instituições disponíveis para controlar os mecanismos em nível mundial, por mais poderosas – cito o Fundo Monetário –, passaram a ser frágeis diante da capacidade do sistema financeiro de manobrar, independentemente de qualquer decisão. E, ao mesmo tempo, não houve um processo simultâneo, nem de formação de uma consciência planetária de direito e de participação, e nem a formação de instituições – porque não é fácil – que tivessem a legitimidade e a capacidade, ao mesmo tempo, de atuar com precisão.

Esse não é todo o panorama, porque outros processos ocorreram ao mesmo tempo. Alguns são bem notáveis. Não vou entrar nos processos políticos, que foram mais óbvios, como o desmantelamento do mundo soviético e, portanto, a diminuição da hipótese de que o sistema global pudesse vir a ser outro que não o sistema capitalista. Na prática, quem propõe isso, com força, no mundo são grupos residuais. Houve esse processo. Mas houve um outro processo que foi o da integração regional. Essa integração regional, em certos aspectos, teve, realmente, avanços até mesmo no plano político – é o caso da Europa.

A União Européia realmente marchou muito na direção de uma integração com aspectos políticos. A União Européia e os seus altos comissários têm um poder bastante grande. Criou-se um Parlamento. Existem representantes do povo que se reúnem e, de alguma maneira, dão legitimidade popular às decisões tomadas em nível de União Européia: um processo poderoso de integração.

Com menos força, nós vimos, e baseado muito mais em mecanismos meramente econômicos – meramente comerciais, eu diria –, o Nafta, juntando Estados Unidos, Canadá e México. Por outro lado, aqui, nós, no Mercosul, tentamos também alguma coisa, com aspiração a chegarmos a uma união aduaneira e, portanto, mais na dire-

ção da União Européia, a despeito de todos os percalços que estamos sofrendo, mas com uma proposta de uma integração um pouco mais ampla. Também na África e na Ásia houve processo dessa natureza. Quer dizer, simultaneamente começou a existir uma nova teia de países que passaram a atuar, em termos da política internacional, como atores organizados. Isso está ocorrendo.

Então temos uma indefinição quanto à forma institucional do controle das decisões. Temos a formação de grupos de países muito poderosos que se arrogam a ser uma espécie de diretório do mundo. E nós temos a tentativa de integração que tem êxito variável, conforme a região a que estejamos nos referindo. Temos o fato simultâneo de que um país – os Estados Unidos – tem um tal predomínio cultural, econômico, tecnológico e militar que, freqüentemente, toma decisões sem realmente prestar contas, senão *ex post*, a até ao grupo dos maiores, mais fortes, o G-7 e o G-8.

Bom, isso está em elaboração, portanto. O desafio da globalização é muito maior do que se possa imaginar, porque estamos vivendo – eu até ousaria dizer – um outro momento da humanidade.

Ontem, no Rio de Janeiro, fiz uma palestra sobre o meio ambiente e voltei ao tema que, de vez em quando, gosto de abordar, que é o tema da humanidade. Nós estamos começando a poder dar razão aos ideais kantianos da paz universal e aos ideais hegelianos da existência de um sujeito geral da história, que é a humanidade, que sempre foram criticados, pelos que tinham uma visão mais progressista, porque diziam: “Isso é uma espécie de falsidade ideológica, porque não existe humanidade, o que existe é o país, a classe, a raça.”

Agora, nós estamos vendo que pela forma, pelo fato de tantas transformações terem ocorrido, pelo fato de tomarmos conhecimento de que há limites que a natureza impõe às transformações que o homem quer acrescentar a ela, se requer uma consciência ecológica, que vai além do interesse da classe, além do interesse regional. Começa a existir uma consciência de algo que diz respeito a todos os homens. E quem sabe a paz comece a ser sentida a “à la Kant”, como uma necessidade universal.

Bom, estou aqui fazendo digressão. Estamos no começo do século XXI. Se o século XXI for nessa direção, estaremos assistindo a um século que vai criar um novo ancoradouro da história – se der certo.

Mas, ao mesmo tempo, estamos usando o instrumental que é de outra época. Os Estados são nacionais, as instituições internacionais têm as limitações que mencionei. Aqui, há descompasso. Eu me refiro ao déficit de governança, a esse descompasso entre as coisas. É normal. As sociedades não são harmônicas, são contraditórias, são conflituosas. Esses processos todos são cheios de conflitos. Essa idéia é uma mera idéia de que a paz universal ou a humanidade são valores, muito mais do que práticas, mais valores que podem orientar comportamentos. Este é o nosso desafio: como vamos encarnar esses valores e como vamos preservar os interesses concretos diante de todas essas abstrações às quais estou me referindo mas que têm, também, raiz na vida. Existem condições para que se comece a mover o mundo nessa direção .

Aí nós entramos na discussão de que caminho trilhar. Um país, como o nosso, como o Brasil, o que pode fazer diante de tudo isso? Como reagir de uma forma crítica e inteligente que separe os riscos e as oportunidades, ou melhor, que crie oportunidades a despeito dos riscos? O caminho tradicional é inviável hoje. O caminho tradicional é: “Bom, vamos nos fechar.” Autarquia. Em certa época, isso foi o caminho quase normal. A Alemanha, do século XIX, cresceu prussianamente. O modelo de crescimento era fechar, etc., porque a Inglaterra estava na frente dela, era defensora do livre-comércio. Friedrich List, como economista, propôs o oposto: proteger, porque a Inglaterra e mesmo a França já estavam com maior produtividade. Como é que você faz? O Brasil fez isso também, à nossa moda, com substituição de importações e tarifas altas. Tarifas altas porque, se não fosse assim, não teríamos como avançar.

Só que o mundo foi mudando, independentemente das vontades políticas – há quem pense que basta vontade política, ah se fosse assim! Independentemente das vontades políticas, as realidades existem. Então, o que aconteceu é que, num dado momento, era impossível deixar de ver que existia uma intercomunicação. Hoje, essa intercomunica-

ção, graças à Internet e a esses outros mecanismos de comunicação rápida, independe dos Estados. Os Estados não têm poder para controlar os fluxos de informação, inclusive os financeiros, porque eles não passam materialmente pelas fronteiras. Então, quem continuou com a idéia do passado ficou com uma idéia que perdeu vitalidade, foi sendo estiolada pela transformação que a vida impôs.

Agora, ao dizer isso, não se pode imaginar que tenha desaparecido o interesse nacional. Pelo contrário. A questão é como fazer prevalecer os interesses nacionais nas novas condições. Frequentemente, as respostas que vêm são antigas, não fazem prevalecer nada. Em vez de prevalecer o interesse nacional, o que prevalece é o atraso nacional. E o mundo não permite mais isso.

Aqui vou usar a expressão que foi dada pelo Doutor Approbato, que utilizei bastante. O líder do Partido Comunista Italiano, Giorgio Napolitano, esteve aqui, no Brasil, há muitos anos, e deu uma entrevista, acho que à *IstoÉ*, em que ele dizia: “O problema não é saber se haverá ou não internacionalização. É saber se eles nos vão internacionalizar ou se nós vamos nos internacionalizar.” A diferença pode parecer sutil, mas é fundamental. O processo está aí, não há mais como fechar.

Agora, como é que se faz esse processo? Quem comanda os momentos? De que maneira se buscam regras de legitimidade? Como é que entra o direito nisso? Como é que se negocia? Essas são as questões que estão postas. Esse é o debate que está posto nas discussões de hoje, aqui, que estão havendo no Congresso. São essas as questões que estão postas.

Um país como o nosso que em um dado momento – basicamente do fim dos anos 80 para o começo dos anos 90 – teve uma abertura da economia sem negociação, da qual se lastimam até hoje, com razão, setores industriais importantes, sem negociação, bom, isso não é aceitável. Tudo tem que ser feito, numa expressão vulgar, num “dá cá, toma lá”.

Sobre a mesa, o que está posto hoje, no plano econômico, é saber até que ponto um país como o nosso vai se incorporar a que blocos, a que custo e com que vantagem. Um é óbvio, que é o Mercosul. É óbvio e parece ser, hoje, de consciência comum achar que vale a pena manter

e aperfeiçoar o Mercosul. Os espaços nacionais, por maiores que sejam – e o nosso é enorme –, não são suficientes. O setor produtivo requer escala muito grande, requer mercados maiores. Há uma concentração também grande de capacitação, de investimento e etc. Creio que, do ponto de vista do interesse nacional, é claro que vale a pena manter mecanismos que levem a uma associação crescente e, se possível, na minha perspectiva, sul-americana, que fortaleçam a posição não só do Brasil, mas de toda a região, mesmo quando isso implique algumas negociações que, aparentemente, não sejam vantajosas.

Deixem-me explicar melhor isso. E vou explicar contando uma pequena história. Quando estive na Alemanha, depois de eleito Presidente, almocei com o então Chanceler Kohl. Ele me disse: “Olhe, Presidente, nasci na Alemanha, em uma região que era perto de Bonn e foi ocupada, depois da guerra, pelos franceses. Tenho parentes que perderam a vida na guerra contra a França. Quando eu era jovem, houve a ocupação da Alemanha pelos aliados, e a região onde eu morava era uma região francesa. Quando via um oficial, eu tinha que sair da calçada para evitar, enfim, qualquer agressão da parte do oficial. Eu tinha que sair. Fomos criados nesse sentimento antifrancês, até que percebi que isso ia dar em outra guerra e mais gente iria morrer. E aderi, fortemente, à idéia da União Européia de hoje – na época, não era ainda assim – e percebi que a relação fundamental era da França com a Alemanha. É claro que a Alemanha” – disse ele – “é maior que a França, é mais rica, mais forte. E, por isso mesmo, a Alemanha tem que fazer mais concessões.” Aí ele me disse: “O Senhor é Presidente de um país que, lá na sua região, tem o mesmo papel que a Alemanha.” Foi ele quem disse. Não acredito nisso, não. Sou mais igualitário. “O senhor tem que fazer uma aliança com seus vizinhos, com a Argentina especialmente. E se tiver que fazer algum acordo, quem tem que entender a necessidade do acordo é o Brasil, que é mais forte.”

Bom, com exagero ou sem exagero, se olharmos interesses nacionais não apenas no curto prazo – quem dirige um Estado não pode olhar o curto prazo –, mas se olharmos o interesse nacional a mais

longo prazo, é verdade que a manutenção de uma região na América do Sul, integrada, de paz, de democracia, de progresso, é vital para o Brasil. Então, me parece que essa é a primeira e a mais fácil das nossas decisões: é o fortalecimento de mecanismos integradores na nossa região imediata. Esses mecanismos partem de tratados. É preciso fortalecer as regras de direito relativas a eles.

Pessoalmente, acho que devíamos avançar mais. O momento é ruim para dizer isso. Estamos aí com vários desacordos com os nossos vizinhos. Mas mais na direção do que foi feito na Europa, de criar mais mecanismos de solução de controvérsias. Isso tem a ver com a soberania, que tem que ser pensada nos termos atuais e não nos termos do século XIX: quais são os mecanismos que se delegam para que seja possível haver uma negociação que convenha, a médio prazo, ao interesse nacional. Tem que haver um sentimento de compartilhar, porque os outros também têm seus interesses nacionais. É preciso que haja aí mecanismos para dirimir essas questões. Enfim, este me parece que é o lado mais simples para nós brasileiros dizermos: “Bom, aqui está claro que nesse processo de globalização temos uma oportunidade.”

E essa oportunidade é tão verdadeira que é só olhar os fluxos de investimento que aconteceram na nossa região. Esses investimentos vieram maciçamente para o Brasil – maciçamente. Tivemos investimentos da ordem, pelo menos, de 100 bilhões de dólares nos últimos cinco anos, sendo que, no ano passado, foram 30 bilhões. Investimentos na produção. Não é *hot money*, não é capital especulativo. É investimento produtivo. Por que eles vêm para cá? Vêm para cá porque aqui temos universidade. Vêm para cá porque aqui há tecnologia. E vêm para cá porque aqui existe mercado. Nesta ordem: universidade, tecnologia e mercado. E vêm em enorme concentração, perigosa do ponto de vista dos interesses do conjunto da região, porque não podemos também imaginar que os nossos parceiros vão ficar felizes se houver muita concentração no Brasil.

Mas a solução para isso não pode ser imposta por regras que não tenham aceitação. A solução para isso é pensar o espaço geográfico e

as cadeias produtivas no espaço geográfico: uma parte é produzida aqui, e outra, acolá. Ou existe isso ou existirá uma concentração tão grande de desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial em um dos países que os outros não vão aceitar. Tem que haver um esforço construído de distribuição no espaço geográfico. Refiro-me não só à Argentina. Refiro-me ao Paraguai, à Bolívia, ao Uruguai e, amanhã, à Venezuela, que quer se aproximar. Quer dizer, temos que ter uma compreensão mais ampla do que é o interesse nacional. Interesse nacional não é, em um dado momento, favorecer um setor produtivo brasileiro apenas e amanhã, por causa desse setor produtivo, impedir um processo muito mais amplo que interesse ao conjunto da região e, sobretudo, a nós. Mas esse, digamos, é o lado mais simples.

Um segundo grau de facilidade, digamos assim, para se aceitar a idéia integracionista é a relação entre o Mercosul, o Brasil e a União Européia. Percebe-se que há uma aceitação maior. Por quê? Porque se imagina menos riscos daquilo que todos temem, que é a perda de soberania, que é a perda da nossa capacidade própria de decidir. E imaginamos – não sei se com razão – que a Europa terá menos capacidade de cortar, de limitar a nossa ação do que o nosso parceiro maior do hemisfério. Então, parece ser mais fácil, digamos, ideologicamente, falar de relação com a União Européia do que com a Alca ou do que com o Nafta. E, politicamente, sem dúvida.

Economicamente é extremamente complicado. Extremamente complicado, porque o que acontece, no caso do Brasil – e no caso, aqui, é do Mercosul, não é só o Brasil: a Argentina também e o Uruguai também –, é que somos altamente produtivos em matéria agrícola, altamente produtivos. Para dar uma idéia, a produção de grãos no Brasil cresceu, de 1990 até agora, de 57 milhões de toneladas para 98 milhões de toneladas, quase 100 milhões. E a área plantada aumentou muito pouco, ou seja, a produtividade cresceu violentamente. Então, hoje somos altamente competitivos. O preço do produto brasileiro é, eu diria, quase imbatível em matéria agrícola. E começa a ser em matéria pecuária. Neste ano, vamos exportar o dobro da Argentina: cerca de 1 bilhão de dólares em carnes. E a tecnologia

avançou muito. O Brasil não tem, muitas vezes, consciência de quanto o progresso entrou aqui; entrou a tecnologia nova; entrou aqui o espírito de empreendimento.

Então, a nossa produtividade agrícola é muito forte. E isso entra em choque com os interesses agrícolas da política agrícola comum da Europa. É um ponto delicado. Mas não é insuperável. O preço da política agrícola comum é pago, na Europa, pelos países não-agrícolas: basicamente a Alemanha e a Inglaterra. Quem se beneficia mais são a França, a Itália e a Espanha, da política agrícola comum. Mas o subsídio vem de todos.

Agora, a União Européia discute a entrada da Polônia. A Polônia é um país agrícola. Se forem estender para a Polônia os mesmos benefícios que são dados aos outros países da Europa, o contribuinte inglês e o alemão vão ter que pagar muito. Então, temos aliados objetivos, porque nós não podemos entrar nessa negociação com a União Européia sem colocar, com muita clareza, que precisamos, efetivamente, de um acesso ao mercado agrícola, porque nós exportamos para a Europa muito mais agricultura do que manufatura.

O Brasil, hoje, exporta 52% de manufaturas. Não somos mais um país de exportação basicamente agrícola: 52% são manufaturas. E 25% produtos semi-industrializados. O resto são *commodities*. Mas com a Europa são basicamente *commodities*, e não só na Europa. Competimos com a Europa em terceiros mercados, por exemplo, no Oriente Médio. E o subsídio nos prejudica na competição nesses terceiros mercados. Então, aí, há uma oportunidade, e nós temos que entrar. Agora, vamos apresentar uma proposta em Montevideu, porque a União Européia nos apresentou uma proposta de negociação. Vamos fazer uma contraproposta. E o Brasil é partidário de uma contraproposta agressiva. Estamos dispostos a entrar numa negociação comercial com a Europa. Estamos dispostos, sim, a fazer algumas concessões sob condição de que não sejam feitas outras tantas.

Um outro bloco de problemas de oportunidades e riscos é a questão da negociação no seio do hemisfério. Esse acordo foi feito no tempo do Presidente Itamar Franco: é a proposta de fazermos a

Alca. Assisti à reunião em Miami. Eu era Presidente eleito. Confesso que não estava informado dos termos da negociação. Fiz um discurso, naquele momento, dizendo que achava difícil que fosse possível, no prazo que se queria, uma integração.

De lá para cá, o Brasil tem procurado dizer: olha, nós queremos negociar sim, ponto a ponto, dentro de certas condições, que já vou especificar, mas queremos também prazo, porque precisamos de mecanismos que permitam à nossa produção se adaptar ao regime de concorrência. Muito bem. Essa negociação está em curso – não é que vai ser, está em curso; há vários grupos negociando, e é preciso que a sociedade brasileira participe mais ativamente dessa negociação –, como está em curso a negociação com a União Européia. E o Brasil vai se colocar muito favorável à negociação com a União Européia. A negociação com a Alca está em curso.

Precisamos entender que o que está em curso é uma negociação comercial, porque, no caso, não há integração de tarifa externa comum. É comércio. E comércio só. Montesquieu dizia que ele se chamava *le doux commerce*. Dizia que o comércio era um instrumento de civilidade, porque o comerciante tem que conversar, entra em contato, socializa. O comércio era uma forma avançada de civilização que levava, dizia ele, à democracia. Isso naquela época. Hoje, o comércio não tem nada de *doux*. Não é nada *doux*, nem *soft*. O comércio, hoje, é negociação dura. Então vamos nos inspirar em Montesquieu, mas não esquecer de outras armas menos sofisticadas na negociação comercial, porque vamos ter que ter uma negociação concreta.

Fui à reunião hemisférica, no Canadá, e me pediram que participasse da sessão de abertura. Fiz o discurso de abertura lá. Estavam presentes o Presidente Bush e todos os demais presidentes da região. Disse quais eram as nossas condições, com muita tranquilidade. Disse até na língua deles, com muita tranquilidade. Precisamos entrar numa negociação que seja uma negociação, como nós costumamos dizer aqui, na linguagem diplomática, de *single undertaking*. Quer dizer, tem que ser tudo de uma vez só. Não venham negociar o que interessa a vocês para depois negociar o que interessa a nós. Ou ne-

gocíamos tudo, e só quando todos os pontos estiverem acordados é que vale, ou, então, não há negociação. E especifiquei. Nosso problema não é de estarmos contra o livre-mercado, ao contrário, queremos que ele seja livre.

O que não queremos é um livre-mercado que seja sujeito a salvaguardas, quer dizer: um instituto dos Estados Unidos, que nem do governo é, se reúne e diz: não, os Estados Unidos estão importando demasiado calçados, logo os calçados importados estão prejudicando a produção daqui. E aí se impõe a salvaguarda. Não podemos aceitar *antidumping* indiscriminado. Quem decide o *antidumping* é só um lado. Não podemos aceitar o que chamam de pico tarifário. Quer dizer, nos Estados Unidos, a média das tarifas é muito baixa. Mas quando chega a tarifa do produto que nos interessa, vai lá para cima. A nossa média é relativamente elevada. A média nossa é 12%, 13%, a deles é 4%, mais ou menos. Mas a nossa nunca ultrapassa 35%. Lá pode ultrapassar, se for no pico tarifário.

Então, a negociação é objetiva e necessita de advogado. Precisa escrever o texto de modo que fique claro. Não é uma questão política, abstrata, interesse econômico só. Não. Qual é a regra? Ou seja, esse mundo que está sendo recriado é cheio de regras. E se não tiver regra, pior para nós. Precisamos de um estado de direito internacional, um comércio internacional baseado em regras límpidas de direito. Isso está em elaboração. Mas está em elaboração com maior participação, maior consciência da nossa parte. Essa negociação está em curso com relação à interação no mercado comum.

Nós brasileiros não precisamos ficar com medo. Temos que ter consciência e coragem, disposição. Medo, não. Somos produtivos em muitos setores. Peguem a indústria do aço. Ainda agora, esta semana, esse instituto lá, nos Estados Unidos, está falando em propor salvaguardas contra o aço brasileiro. Por quê? Porque a nossa indústria de aço é extremamente produtiva, tem alta produtividade, é competitiva. A nossa indústria têxtil é competitiva. Estamos exportando competitivamente. Aviões, nem se fala. Viu-se o que aconteceu nestes últimos tempos.

Quer dizer, temos que passar de uma mentalidade que pensa que a defesa do Brasil é olhar para trás, aumentar barreira, fazer produto de melhor qualidade, concentrar renda nos produtos, e esses produtos o consumidor é obrigado a comprar só deles, para uma mentalidade mais aberta, de termos sempre presente que é preciso ter regra, é preciso lutar, defender o interesse nacional, mas tem que haver competição, porque a competição é que permite baratear o produto e dar mais vantagens à população, e, por último, dar mais riqueza ao País. O que tem que haver é competição. O que não pode é uma negociação em nome do livre-comércio que leva ao protecionismo por parte daqueles que são os mais poderosos.

Essa é a questão que está posta, hoje, sobre a mesa de negociação. Não é uma questão ideológica, no sentido de que “ah, vamos estar submetidos”. Não. Não tem que estar submetido a nada. Se não for assim, não se assina o acordo. Agora, se for um bom acordo, se faz. Quando estávamos discutindo quando seria o acordo, eu declarei claramente: olha, um bom acordo é amanhã, um mau acordo é nunca. O Brasil tem que ter consciência da sua própria força. Nós temos. Não há de exagerar nessa força. Mas alguma força nós temos. E a força principal, hoje em dia, é a do cérebro. Temos que ajustar nossos cérebros. Precisamos ter gente que esteja, realmente, sintonizada com os ares do mundo e com competência para defender os nossos interesses nesse plano.

Esse processo de globalização, de oportunidades e riscos, no plano comercial está posto. No plano dos investimentos, ele vai depender, basicamente, como eu já disse aqui, do desenvolvimento das universidades, da tecnologia e da nossa melhoria na distribuição de renda para que o nosso mercado seja mais poderoso. Essa é a questão. Não se resolve com um botão. É um processo que está avançando. A tecnologia, as universidades estão avançando.

A discussão sobre se desse processo todo vai derivar o fato de que haverá uma “estrangeirização” do setor produtivo foi mal colocada. A última revista – creio que *Valor* – publicou a relação das 50 maiores, das 100 maiores, das 500 maiores empresas do Brasil. Entre as 50

maiores empresas do Brasil, 28 são nacionais, puramente nacionais. Não existe mais a possibilidade de imaginar, em nenhum país, que sejam 100%. Mas 28 das grandes são. Das 500, também. Quer dizer, não é verdade que foi arrasado o setor produtivo nacional, como alguns mais exagerados dizem. Nem é verdade, muito menos, que houve um sucateamento do setor produtivo brasileiro. Como sucateamento? Estamos produzindo, exportando manufaturas e não produtos agrícolas. Nesses dez anos isso mudou. O que se exporta é manufatura. Exporta-se produto sucateado? Não. É produto de boa tecnologia. Houve um avanço enorme na nossa capacidade produtiva.

Os grandes setores de produção estão sendo reorganizados. A petroquímica custou bastante, porque só agora conseguimos acalmar os vários setores aí. Estão todos eles em mãos nacionais: siderurgia, petroquímica, minério de ferro, papel e celulose. Todos os grandes setores estão, basicamente, nas mãos de grupos nacionais e, quanto possível, são fundos de pensão que participam deles. Começa a haver uma certa socialização do controle do sistema produtivo e, crescentemente, precisamos criar um mecanismo pelo qual as bolsas possam sobreviver melhor. Não apenas diminuindo CPMF, porque isso é pouco, mas fazendo com que, efetivamente, as empresas brasileiras de segunda e terceira linha lancem títulos na Bolsa e onde o Governo possa influenciar através das privatizações. Que isso seja feito também na Bolsa, para disseminar mais o capital, para criar um mercado de capitais que possa dar sustentação a um crescimento endógeno mais forte.

As grandes vão se capitalizar nos Estados Unidos – no mundo todo é assim – ou, eventualmente, em Londres. Vão lançar seus recibos de ações lá, nos Estados Unidos, porque querem se capitalizar em dólar. Isso não é uma questão de decisão política. É uma questão do mercado, que é assim. Mas o que é de decisão política é o fortalecimento do mercado de capitais local, é a possibilidade de se fazer o que estamos fazendo agora: espero sancionar, nestes dias, a nova Lei de Sociedades Anônimas, para proteger o sócio minoritário, para que a pessoa compre uma ação e não seja lograda. Esse mecanismo levou muitos anos para ser votado pelo Congresso – sempre leva anos,

porque a democracia é assim mesmo e não estou me queixando –, mas estamos fortalecendo esses mecanismos para que possamos entrar com mais firmeza e com menos temor nesses processos de globalização que aí estão, minimizando os riscos e tirando mais vantagens das oportunidades.

Já falei demais, mas quero fazer mais um comentário. Falei dessas oportunidades de risco, basicamente acordos comerciais, o que acontece com o setor produtivo, o plano econômico. E mencionei, lá atrás, a questão dos mecanismos de decisão.

Estamos, agora, vivendo um outro momento muito delicado desse processo global todo por causa dos acontecimentos de 11 de setembro, que mostraram o que já se sabia: por mais forte que seja a potência predominante – e ela é –, ela não pode mandar sozinha. Não funciona. Não funciona.

Esses processos todos que estão em marcha, de globalização e tudo o mais – mencionei, aqui, a consciência planetária, a humanidade como um universal concreto –, essas questões todas são abstratas, mas, na prática, começa a haver a percepção de que temos de criar uma ordem menos assimétrica no mundo – menos assimétrica economicamente, mas também politicamente –, porque essa assimetria é que leva às reações que estamos assistindo contra todas as reuniões de instituições até multilaterais (Fundo Monetário, Banco Mundial, G-7, G-8). É o sentimento de não-participação.

Ou se aumenta a participação nos foros decisórios ou, então, esse processo vai ter travas. E, agora mesmo, a maior potência, para se mover contra um desafio – é um desafio de todos, que é o terrorismo, que não é aceitável por ninguém, sob nenhum fundamento –, para se mover nessa direção, buscou alianças. E buscou alianças no mundo todo, até lá mesmo, onde tinha que buscar.

Espero que daí derive um aprendizado: temos que marchar para uma outra visão do mundo. Vai levar um século, eu sei, mas é preciso marchar para uma outra visão do mundo e – se posso usar essa expressão – uma globalização mais solidária, porque essa globalização assimétrica, que marginaliza povos, como uma boa parte da África,

não vai funcionar a longo prazo, porque a consciência universal que começa a existir não vai aceitar mais isso.

Começa a haver, então, a revalorização da ética – aqui se fala disso o tempo todo. Por quê? Porque o mundo dispõe, hoje, de meios materiais tão poderosos que, eticamente, é inaceitável uma desigualdade tão grande. Então, passa a haver quase uma reversão. Se comecei com o mercado e com o sistema produtivo, que homogeneiza, que impõe as regras, que leva adiante, agora, é o contrário: são os valores. Estamos vivendo um momento em que passa a ser importante ver que sem valores tampouco há cimento para manter uma ordem, por mais poderosa que ela seja materialmente ou por mais fortes que os que detêm o maior poder sejam militarmente. Vamos precisar, de novo, de valores.

Essa a missão do Brasil. Não é o único, nem tem tanta força que possa se pensar capaz de fazer isso ou aquilo com muito *rayonnement*. Não é assim. Mas é a nossa possibilidade – eu diria, até, a nossa missão – neste momento. Somos um país plural, efetivamente, com muitas raças, muitas religiões, muitos imigrantes, uma mobilidade social, e valorizamos a mistura de raças. Somos um país que realmente quer a paz. Somos um país vocacionado para a paz. Não temos briga com nenhum dos nossos vizinhos, a despeito das nossas diferenças de porte com alguns dos nossos vizinhos, pelo contrário.

A nossa voz, no mundo, tem que ser uma voz ética. Chamar a atenção para esses fatos, e podemos fazer isso sem suspeição. Primeiro porque nós – não somos perfeitos – praticamos mais aqui um convívio, um convívio importante. O Presidente vem, como cidadão, falar com a OAB, que é, freqüentemente, crítica. É uma coisa que vale. Nós fazemos isso. Se fazemos isso, temos força moral para falar, lá fora, a respeito desse tema sem hipocrisia, sem cinismo, sem passadismo, sem recusar o que é irrecusável, que são as oportunidades e os fatos da globalização. Mas também sem aceitar as desigualdades que ela gera e que não precisaria gerar, sem que se faça essa ligação mecânica, que não é verdadeira: quanto mais globalizado, mais pobre. Não é verdade, os dados não dizem isso. O problema é

que se podia ser muito menos pobre. E se foi aceitando uma situação em que as desigualdades, as assimetrias foram sendo mantidas.

Então, seria muito importante que num seminário de direito, com essa dimensão ética que vi que tem, se introduzisse com força o tema da globalização dos riscos e oportunidades, e se fizesse isso com a consciência de que, hoje, temos um país que, sem muita pretensão, é capaz, pela força do seu povo, de tomar decisões próprias que não o afastem da globalização, mas que o façam não um parceiro solidário de uma globalização assimétrica, mas um parceiro ativo para que essa globalização seja cada vez mais solidária.

Muito obrigado.